



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

GABRIELLE DE CARVALHO FONSECA SILVA

**A CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS
EDUCACIONAIS E SOCIAIS**

Brasília-DF

2024

GABRIELLE DE CARVALHO FONSECA SILVA

**A CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS
EDUCACIONAIS E SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Simone Aparecida Lisniowski

Brasília-DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

dD278a de Carvalho Fonseca Silva, Gabrielle.
A concepção de autonomia na perspectiva de estudantes de pedagogia da Universidade de Brasília: Análise das influências educacionais e sociais / Gabrielle de Carvalho Fonseca Silva; orientador Simone Aparecida Lisniowski. -- Brasília, 2024.
28 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Autonomia. 2. Pedagogia. 3. Desenvolvimento Infantil. 4. Concepções de Autonomia. I. Aparecida Lisniowski, Simone, orient. II. Título.

GABRIELLE DE CARVALHO FONSECA SILVA

**A CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS
EDUCACIONAIS E SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Simone Aparecida
Lisniowski.

Data da aprovação: 17/09/2024

Simone Aparecida Lisniowski - Orientadora
Mestra/Doutora em Direito/Sociologia
Professora da Faculdade de Educação/Departamento de Teoria e Fundamentos
FE/TEF (UnB)

Liliane Campos Machado — Membro da Banca
Mestre/Doutor em Educação Tecnológica/Educação
Professora da Faculdade de Educação/Departamento de Métodos e Técnicas
FE/MTC (UnB)

Caetana Juracy Rezende Silva — Membro da Banca
Mestre/Doutor em Música/Educação

Professora da Faculdade de Educação/Departamento de Teorias e Fundamentos
FE/TEF (UnB)

Dedico este trabalho aos meus pais pelos cuidados e educação que me deram, aos meus amigos que sempre me apoiaram e a mim que consegui superar todos os obstáculos para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, que sempre me apoiou respeitando o meu próprio tempo e a minha mãe que sempre me impulsionou a correr atrás das minhas conquistas, mantendo o foco sem perder a calma.

Aos professores e professoras da Faculdade de Educação – UnB, por me proporcionarem os conhecimentos necessários para minha formação acadêmica. Em especial para Liliane que sempre se pôs disponível a me ajudar em qualquer dificuldade e em memória do professor José Luiz Villar que me acolheu como uma filha. À minha orientadora Simone Aparecida Lisniowski pela paciência, persistência e leveza, foi enriquecedor desenvolver este trabalho sob sua orientação.

Aos meus amigos queridos, pelas conversas, desabafos, apoio e as trocas que foram cruciais para a minha jornada até aqui. Obrigada por acreditarem em mim na mesma proporção que acredito em vocês. E um agradecimento mais do que especial ao meu amigo Gabriel por me ajudar a superar todas as dificuldades e segurar todas as barras possíveis, por me inspirar tanto e ser um grande exemplo de profissional, amigo e pessoa; você é luz.

RESUMO

Este trabalho investiga as diferentes concepções de autonomia a partir da perspectiva dos estudantes de pedagogia da Universidade de Brasília, explorando como essas concepções são descritas pelos estudantes na prática educativa e no desenvolvimento infantil. A pesquisa parte do pressuposto de que a visão de autonomia dos estudantes da pesquisa influencia diretamente as experiências pedagógicas e, conseqüentemente, a forma como compreendem o desenvolvimento da autonomia nas crianças. Foram realizadas entrevistas com 5 (cinco) estudantes de pedagogia, buscando compreender as semelhanças e diferenças nas concepções de autonomia e como estão articuladas a diferentes práticas educativas que fomentam ou não a autonomia das crianças. Os resultados mostram que as concepções de autonomia são heterogêneas, refletindo uma variedade de concepções teóricas, cuja compreensão e aplicação se modificam conforme as diferentes perspectivas nos contextos sociais em que os estudantes da pesquisa estão inseridos, destacando a importância de um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento crítico e autônomo dos/as estudantes.

Palavras-chave: Autonomia; Educação; Pedagogia; Desenvolvimento Infantil; Concepções de Autonomia.

ABSTRACT

This work investigates the different conceptions of autonomy from the perspective of pedagogy students at the University of Brasília, exploring how these conceptions impact educational practice and child development. The research assumes that the educators' view of autonomy directly influences pedagogical experiences and, consequently, the development of autonomy in children. Interviews were conducted with pedagogy students, aiming to understand the similarities and differences in conceptions of autonomy and how these influences develop educational practices that foster autonomy. The results show that the conceptions of autonomy are variable, whose understanding and application vary according to the different social contexts in which educators are inserted, highlighting the importance of a school environment that favors the critical and autonomous development of students.

Keywords: Autonomy; Education; Pedagogy; Child Development; Conceptions of Autonomy.

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Princípios freirianos e pressupostos da autonomia.....	12
2.1 Repressão e liberdade: as contradições no ambiente escolar	14
3 Metodologia	16
4 Análise das entrevistas e o conceito de autonomia	18
4.1 Características de uma pessoa autônoma	19
4.2 Diferenças entre o aluno autônomo e o aluno não autônomo	23
5 Considerações finais	26
Referências	28

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar os diferentes entendimentos sobre o conceito de autonomia para um grupo de estudantes de pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, buscando compreender seu efeito no ambiente educacional. À vista disso, o estudo parte do pressuposto de que a concepção de autonomia tem impacto na forma como são conduzidas as atividades cotidianas com as crianças. A compreensão dos enfoques principais acerca deste conceito se mostra relevante, já que estão presentes nos locais de maior convívio das crianças, especialmente na família, na escola e na comunidade em que convive.

No ambiente escolar, os educadores são os principais agentes para o desenvolvimento pleno da autonomia, porém, como o desenvolvimento da autonomia pode vir de diferentes espaços e ambientes, a concepção da autonomia também varia muito conforme as diferentes perspectivas no âmbito pedagógico e filosófico; diante disso, a presente pesquisa visa contribuir para compreender quais são as concepções e como elas podem impactar no desenvolvimento da autonomia nas crianças.

O currículo escolar e as práticas pedagógicas também podem influenciar a autonomia dos alunos, permitindo maior participação na escolha de tópicos ou métodos de estudo. A preocupação em verificar as estratégias que os professores conseguem identificar na escola e as ações da escola que impactam no desenvolvimento da autonomia dos alunos é de grande importância no contexto educacional, por isso, busca-se aprofundar a compreensão sobre como essas variáveis se relacionam.

Visando compreender como as estratégias dos professores e as ações da escola influenciam a autonomia dos alunos, este trabalho foi construído, considerando sua importância para o sucesso do processo educativo. O professor pode tomar atitudes favoráveis para o desenvolvimento da autonomia ou promover insegurança e submissão às relações de poder presentes na relação professor-aluno. Por este motivo, foram realizadas entrevistas com estudantes que atuam na área de educação, onde explicitaram suas concepções de autonomia na relação pedagógica.

A pesquisa foi realizada com cinco estudantes de pedagogia da UnB, de forma virtual, com duração aproximada de duas horas. O desenvolvimento desta investigação parte da problemática da concepção de autonomia pelos grandes estudiosos e concepção dos estudantes da pesquisa a respeito, já que as atitudes práticas podem contribuir positiva ou negativamente.

O objetivo geral é analisar o conceito de autonomia para um grupo de 5 estudantes de pedagogia da Faculdade de Educação/UnB. Os objetivos específicos são: identificar as principais bases teóricas dos conceitos de autonomia presentes nos relatos dos estudantes que participaram da pesquisa, analisar as similaridades e diferenças nas concepções de autonomia dos estudantes pesquisados; e compreender como a concepção de autonomia dos estudantes participantes da pesquisa impacta na percepção deles acerca do processo de desenvolvimento da autonomia dos alunos nas escolas.

O trabalho organiza-se em exposição dos estudos freirianos e as diferentes áreas que autonomia pode ser encontrada e sua divergência em significados e abordagens teóricas. Partindo disso, adentra-se na perspectiva educacional e prática, utilizando o método de pesquisa qualitativo, priorizando os relatos e concepções dos entrevistados para análise e reflexões finais.

2 PRINCÍPIOS FREIRIANOS E PRESSUPOSTOS DA AUTONOMIA

O norteador para o estudo foram as experiências adquiridas ao longo do curso de Pedagogia a partir das vivências dentro da universidade e das escolas onde se desenvolveram os conhecimentos disciplinares. Durante a graduação, se destacaram os estudos acerca das obras de Paulo Freire, sendo assim, a reflexão que fica é: Como a pedagogia de Freire explora o processo da autonomia e como seus conhecimentos podem guiar os educadores neste desenvolvimento?

É preciso que pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. [...] Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 2013, p.25).

Paulo Freire enfatiza a importância de reconhecer que cada indivíduo possui um repertório único de conhecimentos. Não há aluno que chegue à escola sem algum tipo de conhecimento prévio. Nesse contexto, cabe ao educador estar atento aos conhecimentos individuais do aluno, que podem incluir aspectos culturais, linguísticos e econômicos. Através desse diálogo, é possível construir o conhecimento, tanto para o educando quanto para o educador.

Freire coloca o educando como o protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, enquanto o educador desempenha um papel ativo nesse processo, também aprendendo no processo. Dentro dessa perspectiva, Freire argumenta que os indivíduos se percebem como seres em constante desenvolvimento, sempre em busca de mais conhecimento. Em resumo, o educador é também um aprendiz no processo de ensinar, e os alunos desempenham um papel ativo no ensino, à medida que atuam na construção de suas aprendizagens.

A partir dos olhares de Freire, e das vivências no curso de Pedagogia, tanto na universidade quanto na atuação em escolas, evidenciou-se diversidade de práticas nas escolas e nos espaços acadêmicos sobre a autonomia, ocasionalmente conflitando entre si. A autonomia é um conceito multifacetado e fundamental em diversas áreas do conhecimento humano, da filosofia à psicologia, da educação à

política. Em sua essência, refere-se à capacidade de um indivíduo agir de maneira autônoma, isto é, de tomar decisões, exercer sua vontade e agir de acordo com seus próprios princípios, valores e interesses, sem coerção significativa. Esse atributo não apenas permeia a compreensão da liberdade individual, mas também se estende a aspectos de responsabilidade, autodeterminação e autogoverno, moldando profundamente as relações sociais, institucionais e pessoais.

Autonomia é abrangente, se refere à capacidade de autogestão, aplicável tanto a indivíduos quanto a grupos e empresas. Ser autônomo implica em agir conforme as próprias diretrizes e valores. Além disso, um indivíduo autônomo é aquele que alcançou um grau de independência e controle sobre si mesmo. Isso significa que tem a capacidade de tomar decisões e agir de forma autônoma, sem influência ou intervenção de terceiros. Nesse contexto, são considerados autônomos aqueles que são autossuficientes, capazes de se sustentar e de gerir suas próprias vidas sem dependência substancial de alguém.

A autonomia é a capacidade de agir e tomar decisões de maneira independente, fundamentada nas escolhas pessoais e nas próprias vivências, o que permite definir objetivos e processos por conta própria. Esse conceito implica a habilidade de tomar decisões com base nas experiências vividas, respeitando simultaneamente o coletivo e a autonomia alheia. A autonomia envolve a capacidade de saber o que é melhor para si mesmo, enquanto se mantém consciente da necessidade de coexistir e dividir o espaço com os outros, sem perder a individualidade e a essência. Ela resulta do desenvolvimento de atividades e repertórios que permitem ao indivíduo gerenciar a própria vida de maneira intencional e autoral, reconhecendo-se como um ser social dentro da sociedade, mas sem renunciar à sua individualidade.

2.1 Repressão e liberdade: as contradições no ambiente escolar

Inserido no ambiente escolar as contradições em relação à autonomia são evidenciadas por conceitos de repressão e liberdade que coexistem e muitas vezes se confrontam. Foucault explorou essas dinâmicas, observando como as instituições, como a escola, exercem tanto formas de controle e disciplina quanto espaços potenciais para a liberdade e emancipação.

Em *Vigiar e Punir* (1975), Foucault explora a evolução dos métodos de controle social, destacando a mudança dos métodos punitivos, discute como as práticas disciplinares nas instituições como escolas, prisões e hospitais moldam e controlam os corpos e condutas dos indivíduos. O autor demonstra como o poder se manifesta mediante a vigilância contínua e das técnicas disciplinares, o que resulta na conformidade dos indivíduos às normas sociais.

[...] Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em tomo, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (Foucault, 2013, p. 32).

A instituição escolar, embora concebida como um espaço propício para fomentar a autonomia e o desenvolvimento individual, revela-se paradoxal ao se transformar, frequentemente, em um ambiente de opressão. A análise de Foucault, ressalta a natureza contínua da produção e modelagem da alma, enfatizando como ela é resultante do exercício de poder sobre aqueles sujeitos à vigilância, correção e controle.

Essa dinâmica, transposta para o âmbito educacional, revela-se na imposição de estruturas de poder que não apenas visam ao ensino acadêmico, mas também atuam na formação dos alunos, conformando-os aos padrões sociais, culturais e comportamentais vigentes. A escola, além de ser um espaço de instrução, configura-se como uma instituição onde se forjam identidades, cuja construção é influenciada por mecanismos de controle permeantes na tessitura social.

Trazendo essa perspectiva, onde as escolas estabelecem hierarquias, normas rígidas e vigilância sobre os indivíduos, percebemos que o objetivo não é apenas

educar, mas moldar comportamentos e mentalidades, seja para a conformidade social, seja para a manutenção da ordem e controle. Essa semelhança reside na ideia de que essas instituições exercem poder sobre os indivíduos, regulando seus corpos, comportamentos e mentes.

Em contrapartida, deve-se considerar que os ambientes escolares devem promover uma educação libertadora, onde o desenvolvimento da autonomia é fundamental para a formação de indivíduos críticos e conscientes. Em “Pedagogia da Autonomia” Paulo Freire defende a ideia de que “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (Freire, 1996, p. 14). Ele defende que a autonomia não é simplesmente a capacidade de agir por si só, mas sim a habilidade de compreender criticamente o mundo, tomar decisões fundamentadas e agir de maneira ética e responsável.

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objetivo da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo (Freire, 2013, p. 86).

Nesse contexto, desenvolver a autonomia é um ato político, pois vai além do aspecto individual, abrangendo a capacidade de questionar e transformar a realidade social. A autonomia, conforme entendida por Freire, implica na capacidade de análise crítica das estruturas sociais, na busca por equidade e justiça. Ao capacitar os indivíduos a pensarem criticamente, a questionarem e agirem diante das injustiças e desigualdades, a educação torna-se uma ferramenta política de transformação social.

Em um panorama abrangente, a autonomia surge como um elemento crucial em diversas esferas, especialmente no ambiente escolar, onde sua dinâmica revela um paradoxo entre liberdade e controle. A análise profunda de Foucault destaca como as instituições educacionais não apenas ensinam, mas também moldam identidades, utilizando mecanismos de vigilância e correção que refletem estruturas de poder, entretanto, esta reflexão não esgota as possibilidades da educação.

Ainda no imersivo entendimento sobre autonomia, para Bruzneck e Guimarães (2009), a autonomia se expressa a partir do “comportamento assumido por escolha

peçoal, com completa autonomia e sem coação, visto como algo pessoalmente importante.” (p. 46), contrapondo-se com Paulo Freire (2013), onde a autonomia pode ser entendida como a capacidade de resolver questões por si, tomar decisões de forma consciente e assumindo responsabilidades e consequências de seus atos.

À luz das ideias de Paulo Freire, a autonomia transcende a capacidade individual de agir por si só, constituindo-se como uma habilidade de compreensão crítica do mundo e da ética, uma ferramenta de transformação social. Desenvolver a autonomia no ambiente escolar não é apenas capacitar indivíduos, mas também nutrir a consciência política, capacitando-os a questionar, agir e colaborar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, a educação, ao contribuir para emancipação dos indivíduos com a autonomia, torna-se um importante instrumento de mudança e progresso social.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de um método qualitativo, em que são priorizados os relatos e concepções dos entrevistados. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa busca interpretar um fenômeno através do contexto que ocorre, com a observação, a compreensão e a participação dos sujeitos que fazem parte dos processos, sendo, nesta investigação, uma abordagem necessária para a compreensão dos conceitos de autonomia a partir das vivências dos participantes.

No método qualitativo são utilizadas técnicas de pesquisa para coleta de dados como entrevistas, observações de campo, os registros de vivências, estudos de caso, diários de bordo além de uma interpretação dos dados que analisa as experiências dos participantes no contexto estudado.

Nesta pesquisa foi utilizada como coleta de dados a entrevista semiestruturada. Na entrevista semiestruturada temos algumas perguntas abertas que podem se desdobrar conforme o entrevistado desenvolve seu relato. As perguntas geradoras foram as seguintes:

1. O que é autonomia?

2. Quais características são marcantes em uma pessoa autônoma?
3. Qual a diferença de um aluno autônomo para um aluno não autônomo?
4. Quais estratégias específicas ou programas a escola utiliza para estimular e promover ativamente o desenvolvimento da autonomia entre os estudantes?
5. Quais práticas a escola poderia implementar para fomentar o desenvolvimento da autonomia nas crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele?
6. Como a família pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia das crianças e como essa parceria entre escola e família pode ser otimizada?

A coleta foi realizada com cinco estudantes de pedagogia, sendo dois do gênero masculino e três do gênero feminino. São estudantes de pedagogia pela Universidade de Brasília, que possuem entre 22 a 30 anos, com experiências de estágios em escolas do Distrito Federal, particular e públicas. Para título de anonimato, foram utilizados nomes fictícios para identificar os participantes, como apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: participantes da pesquisa

NOME	IDADE	GÊNERO	OCUPAÇÃO
Isabel	22	Feminino	Estagiária do Ensino Fundamental
Antônia	22	Feminino	Estagiária em pedagogia empresarial
Rodrigo	26	Masculino	Educador Social em escola pública
Leonardo	30	Masculino	Estagiário em Educação Infantil
Roberta	29	Feminino	Professora do Ensino Médio

Fonte: Autoria própria.

As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, de forma virtual, com duração de 1h30 à 2h de conversas. As entrevistas foram transcritas e utilizadas para a análise dos dados, com o termo de consentimento dos participantes.

O tratamento dos dados foi realizado a partir da transcrição da entrevista e com observações registradas durante as conversas. Algumas respostas foram enviadas em forma de texto e foram utilizadas na análise dos dados. A partir da leitura das respostas foram identificadas similaridades, diferenças, predominância de sentidos, recorrência no uso de conceitos e argumentos, foram identificadas relações de causalidade, explicações e concepções acerca do conceito de autonomia.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E O CONCEITO DE AUTONOMIA

A autonomia vai além da simples independência, pois implica um equilíbrio entre a liberdade pessoal e o respeito pela autonomia dos outros, compreendendo que o limite da minha autonomia é o início da autonomia do outro. A partir da análise dos dados, os participantes interpretam a autonomia como “[...] a habilidade de agir e tomar decisões de forma independente, considerando as escolhas pessoais e as experiências vividas pelo indivíduo”, conforme Antônia. Essa visão de autonomia corrobora com o exposto anteriormente em relação às ideias de escolha pessoal, ausência de coação e importância pessoal (Bruzneck e Guimarães, 2009) e às de consciência nas decisões e responsabilidade pelos próprios atos (Freire, 2013).

De forma geral, o conceito de autonomia entre os participantes é similar, e foca em trazer autonomia como “saber o que é melhor para si, respeitando a autonomia do outro. A autonomia vem de saber conviver e dividir o espaço sem perder sua individualidade e sua essência”, segundo Roberta. Portanto, a autonomia na educação não se trata apenas de capacitar os indivíduos para alcançarem seus próprios objetivos, mas também de cultivar uma consciência coletiva e uma responsabilidade mútua dentro do ambiente educativo. Segundo os entrevistados, quando aplicada adequadamente, uma abordagem educacional centrada na valorização da autonomia pode promover uma série de potencialidades nos estudantes como aponta Roberta:

É importante primeiro de tudo que o espaço que ele está proporcione autonomia, de forma que estudantes com características autônomas possam

desenvolver suas potencialidades e estudantes com poucas características tenham as mesmas oportunidades de desenvolvê-las.

Em primeiro lugar, ela promove um senso de pertencimento e engajamento por parte dos alunos, à medida que se sentem reconhecidos e respeitados como agentes ativos de seu próprio processo de aprendizagem.

Na verdade, a escola precisa reconhecer primeiro de tudo que os estudantes SÃO autônomos, são ativos e participam. A partir disso, ela deve pensar no que faz sentido e contextualizar o seu planejamento de forma que esses estudantes se sintam valorizados e possam se sentir parte da escola (Leonardo).

Além disso, ao permitir que os alunos participem ativamente na definição de objetivos de aprendizagem, na organização do trabalho pedagógico e na avaliação de resultados, essa abordagem ajuda a tornar o processo educacional mais significativo e relevante para suas vidas, “então criar um espaço horizontal, dar ouvido ao que as crianças têm pra falar e acolher as ideias delas” (Rodrigo).

Por fim, ao empoderar os alunos a contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas ou projetos educacionais que reflitam suas necessidades e realidades, a educação baseada na autonomia pode ajudar a criar sistemas mais inclusivos e equitativos, capazes de atender às diversas necessidades e experiências dos educandos.

4.1 Características de uma pessoa autônoma

A análise das características de uma pessoa autônoma nos revela um conjunto de traços que promovem a independência, eficiência e autogestão. Como pode ser observado nas seguintes falas:

Características marcantes de uma pessoa autônoma incluem: iniciativa e proatividade, habilidade na gestão do tempo e do conhecimento através da autorregulação, facilidade em tomar decisões e assumir responsabilidades por elas (Antônia).

As características mais marcantes em uma pessoa autônoma são sua iniciativa e proatividade, autorregulação, capacidade de tomar decisões e assumir responsabilidades, adaptabilidade [...] (Leonardo).

Essas características permitem que o indivíduo possua capacidade de iniciativa, tomada de decisões, maior controle do emocional e autoconfiança em diversos aspectos da vida. Esses parâmetros se complementam para criar um perfil de indivíduo capaz de enfrentar os desafios da vida pessoal e profissional de forma independente e eficaz.

De acordo com os estudantes de pedagogia, a autonomia de um indivíduo é caracterizada principalmente por traços como proatividade, iniciativa, capacidade de tomar decisões e autorregulação. Além disso, compreende-se que a autonomia não é apenas uma questão de responsabilidade consigo mesmo, mas também com os outros, “[autonomia] implica em ser um indivíduo dentro do coletivo. [...] é crucial entender que minha autonomia termina onde começa a autonomia do outro”, conforme aponta Rodrigo.

Isso implica não apenas lidar com as consequências de suas ações, mas também considerar ativamente as possíveis implicações de suas decisões e como elas impactam o ambiente e as pessoas ao seu redor. Um aspecto fundamental destacado por um dos participantes é que a autonomia está intrinsecamente ligada ao contexto social de uma pessoa, como traz Isabel e Roberta:

[...] Ser autônomo varia de acordo com o contexto social e histórico a pessoa está inserida ao longo de sua vida (Isabel). Depende do contexto da pessoa, a forma como a autonomia é exercida nos diferentes espaços depende de como esses espaços acolhem a autonomia em primeiro lugar, então as características mudam (Roberta).

Isso significa que o desenvolvimento da autonomia é influenciado pelos ambientes que o indivíduo frequenta e como ele interage nesses espaços. Indivíduos que estão inseridos em contextos nos quais a autonomia é valorizada tendem a desenvolver maior autoconfiança, senso de responsabilidade e outras características associadas à autonomia. Por outro lado, aqueles que não têm acesso a esses espaços podem ser mais propensos a se tornarem submissos, dependentes e carentes de iniciativa.

A influência do contexto social na formação da autonomia é um aspecto complexo, pois vai além do ambiente imediato em que um indivíduo está inserido, como por exemplo a escola. Tal influência depende também das normas, valores e

expectativas culturais que permeiam essa comunidade. Por exemplo, em comunidades onde a colaboração e a participação coletiva são valorizadas, os indivíduos podem desenvolver uma autonomia que se manifesta não apenas na busca de seus próprios objetivos, mas também no engajamento ativo em projetos comunitários e transformadores e na consideração do bem-estar coletivo em suas decisões. Isso pode ser observado na compreensão de Rodrigo, pois “uma pessoa autônoma se preocupa com o ambiente e o contexto que está, engaja com a comunidade e busca sempre trazer melhorias para o coletivo”.

Já nos ambientes onde a hierarquia é enfatizada e a conformidade social é incentivada, os indivíduos podem internalizar uma definição restrita de autonomia, limitada à capacidade de agir de acordo com as expectativas estabelecidas pelas autoridades ou pela sociedade em geral. Nesses casos, a autonomia é contraditória e pode ser percebida mais como uma conformidade ao sistema do que como uma expressão genuína da vontade individual, “existe uma falsa concepção de autonomia por parte dos sujeitos, em que são dados supostos espaços de participação e autonomia, mas que são na verdade totalmente controlados de forma hierárquica e não beneficiam os sujeitos, apenas o próprio sistema” (Rodrigo).

Segundo Bruzneck e Guimarães (2009) as iniciativas autônomas têm a capacidade de emergir de forma espontânea, impulsionadas por uma motivação interna intrínseca, ou podem ser fomentadas por influências externas. Por exemplo, um indivíduo pode ser movido a compor uma poesia por sua própria criatividade e desejo interno, sem qualquer estímulo externo. Alternativamente, essa pessoa pode receber orientação ou sugestões de terceiros, como um professor ou mentor, que a incentivam a explorar e desenvolver essa atividade criativa. Em ambos os cenários, a inovação pode prosperar tanto a partir de uma inspiração pessoal quanto de uma intervenção externa.

Em relação aos espaços educativos, estes desempenham um papel crucial na formação da autonomia dos estudantes, pois são ambientes onde as interações sociais e as experiências de aprendizagem se entrelaçam. Quando projetados e gerenciados adequadamente, esses espaços podem se tornar locais propícios para o

desenvolvimento de uma autonomia genuína e significativa. Esse papel não cabe só a equipe gestora, mas a todos os atores, “uma educação que desenvolve autonomia precisa reconhecer os estudantes e suas capacidades de autogestão, de forma a colaborar com o trabalho pedagógico” (Roberta).

Os espaços educativos devem oferecer oportunidades para que os estudantes exerçam sua autonomia de maneira progressiva, seja por meio de práticas pedagógicas que incentivem a tomada de decisões, ou por resolução de problemas e participação ativa dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem.

No ambiente escolar a escola pode implementar as seguintes atividades que fomentam a autonomia infantil: encorajar pesquisas independentes, dar responsabilidades em sala de aula, organização, líder de turma, limpeza... Estimular a tomada de decisão, promover clubes que incentivam a curiosidade (Antônia).

Além disso, os espaços educativos devem ser concebidos como comunidades de aprendizagem inclusivas, onde diferentes perspectivas são valorizadas e respeitadas. Isso significa criar um ambiente que promova a colaboração, o diálogo e o pensamento crítico, onde os alunos sintam-se seguros para expressar suas opiniões e desafiar ideias preconcebidas. Dessa forma, os espaços educativos não apenas fortalecem a autonomia individual dos alunos, mas também os capacitam a reconhecer e valorizar a autonomia dos outros, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis e engajados.

É importante considerar que os espaços educativos não existem de forma isolada, mas estão inseridos em contextos sociais mais amplos. Portanto, para promover uma cultura de autonomia verdadeira e duradoura, é necessário que esses espaços estejam em sintonia com as necessidades e realidades das comunidades em que estão inseridos; isso pode envolver parcerias com organizações locais, o envolvimento dos pais e responsáveis na vida escolar e a adaptação das práticas educativas às especificidades culturais e socioeconômicas dos estudantes.

A família precisa ser acolhida a partir de convites que façam sentido, que tenham relação com o contexto da comunidade e que tragam benefícios para eles. Seja integrando a família em projetos, realizando eventos ou buscando uma parceria com órgãos da comunidade para projetos coletivos (Roberta).

Por fim, essa compreensão ressalta a importância do ambiente social na formação da autonomia individual. Investir em espaços que promovam a autonomia e capacitem os indivíduos a tomarem decisões e assumir responsabilidades pode ser crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais autônoma e empoderada como um todo.

4.2 Diferenças entre o aluno autônomo e o aluno não autônomo

Observa-se uma distinção entre alunos autônomos e não autônomos a partir da fala dos participantes, em que se observa habilidades necessárias para agir de forma independente no contexto educacional e social. Os alunos autônomos demonstram ter desenvolvido as habilidades socialmente esperadas, como iniciativa, autorregulação e capacidade de tomada de decisão, são capazes de gerar conhecimento, indo além da simples reprodução de informações transmitidas.

Autônomos reconhecem suas responsabilidades, sua capacidade de agir e compreende que tem o poder de influenciar e transformar o mundo ao seu redor. Age com autonomia, ciente das necessidades individuais e coletivas, demonstra proatividade no aprendizado, iniciativa para buscar o conhecimento, autorregulação, gestão de tempo e estabelecimento de metas pessoais. Participam ativamente das tomadas de decisões em conjunto e geralmente estão dispostos a assumir responsabilidades, muitas vezes querendo representar a turma.

Os alunos que são considerados autônomos são aqueles que demonstram ter desenvolvido as habilidades esperadas socialmente, como iniciativa, autorregulação e capacidade de tomada de decisão (Antônia).

Um estudante autônomo reconhece suas responsabilidades, sua capacidade de agir e compreende que tem o poder de influenciar e transformar o mundo ao seu redor. Ele age com autonomia, porém, está ciente das necessidades individuais e coletivas (Rodrigo).

Por outro lado, um aluno não autônomo pode ter dificuldades em se autorregular em atividades que não lhe trazem afeto, ser passivo no aprendizado e hesitar ao fazer escolhas. Muitas vezes dependem da mediação do processo de ensino-aprendizagem para adquirir as características de um sujeito autônomo,

podendo enfrentar dificuldades para criar algo original ou próprio, demonstrando uma maior dependência de instruções diretas e supervisão.

Já o aluno não autônomo, apresenta outras características, como: a necessidade de instruções diretas, junto a dependência de supervisão; pode apresentar dificuldades em se autorregular nas atividades que não lhe trazem afeto; passividade no aprendizado; hesitar ao ter que fazer escolhas, entre outros (Leonardo).

Um aluno não autônomo, além de carecer de independência, muitas vezes não percebe o impacto de suas ações no ambiente social mais amplo. Ela tende a agir de forma dissociada do mundo ao seu redor, sem considerar as repercussões de suas ações sobre os outros (Rodrigo).

Para auxiliar alunos que não têm a autonomia desenvolvida, uma intervenção com o foco em adotar abordagens educacionais que promovam a progressão gradual da independência e da responsabilidade, como métodos de ensino que incentivem a aprendizagem e a participação ativa dos alunos; já que “ao propor atividades, o professor não pode desconsiderar e, muito menos, frustrar o atendimento àquelas necessidades, nem ignorar os interesses e preferências pessoais de seus alunos” (Bruzneck e Guimarães, 2009, p. 63).

Consoante com Bruzneck e Guimarães, “o professor deve adotar a perspectiva do aluno, deve acolher seus pensamentos, sentimentos e ações, sempre que manifestados, e apoiar o seu desenvolvimento motivacional e capacidade para autorregular-se” (Berbel, 2011, p. 28). A autora ainda prossegue, ao citar Reeve (2009):

O professor contribui para promover a autonomia do aluno em sala de aula, quando: a) nutre os recursos motivacionais internos (interesses pessoais); b) oferece explicações racionais para o estudo de determinado conteúdo ou para a realização de determinada atividade; c) usa de linguagem informacional, não controladora; d) é paciente com o ritmo de aprendizagem dos alunos; e) reconhece e aceita as expressões de sentimentos negativos dos alunos (REEVE, 2009 *apud* BERBEL, 2011, p. 28).

A promoção da autonomia também pode incluir a utilização de métodos de ensino colaborativos, como o aprendizado baseado em projetos, onde os alunos têm a oportunidade de assumir papéis de liderança, tomar decisões e resolver problemas de forma independente e em equipe. Ao serem encorajados a explorar tópicos de interesse pessoal e a buscar soluções para problemas do mundo real, os alunos desenvolvem habilidades de autogestão e iniciativa.

Ver os projetos realizados por professores em seus espaços de sala de aula e as parcerias que têm com os colegas de classe - outros professores - para desenvolver atividades interdisciplinares que possam fomentar a autonomia dos nossos estudantes (Roberta).

Considerar um perfil de auxílio com base no respeito do processo de desenvolvimento do próprio aluno, ao adequar as atividades e conteúdos próprios equivalentes ao seu conhecimento adquirido para que assim se atinja o objetivo da produção de um saber sábio, ou seja, introduzido efetivamente na aprendizagem do aluno (Isabel).

Além disso, é crucial criar um ambiente escolar que valorize a autonomia e a responsabilidade dos alunos. Isso pode ser feito através da promoção de uma cultura de respeito mútuo, onde as opiniões dos estudantes são valorizadas e suas contribuições são reconhecidas. Ao se sentirem parte de uma comunidade de aprendizagem inclusiva e solidária, os alunos são incentivados a assumir um papel ativo em seu próprio processo educacional e a reconhecer o impacto positivo de suas ações no ambiente escolar e além dele.

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro (Berbel, 2011, p. 29).

Transformar espaços educativos e regras sociais não é algo que acontece de forma isolada, mas sim de forma progressiva e dinâmica. À medida que os espaços educativos se tornam mais inclusivos e possibilitam o desenvolvimento da autonomia nos estudantes, eles influenciam e são influenciados pelas normas e estruturas sociais mais amplas. Portanto, investir na promoção da autonomia nos espaços educativos não é apenas uma questão de melhoria da qualidade da educação, mas também uma estratégia poderosa para promover uma transformação positiva da sociedade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrevistar os estudantes de pedagogia da Universidade de Brasília – UnB, pode-se entender que o conceito da autonomia é complexo e abrange a capacidade de agir e tomar decisões de forma independente, considerando as experiências e

escolhas pessoais. No entanto, é válido destacar a importância da individualidade dentro do contexto social, enfatizando a necessidade de reconhecer os limites da autonomia em relação aos outros. A visão sobre a autonomia como resultado do desenvolvimento pessoal e social ressalta a importância do processo de construção dessa habilidade.

A ideia de autonomia como capacidade de transformar espaços de forma intencional e autoral também destaca a necessidade de equilibrar a individualidade com a interação social, isso implica reconhecer que todos são seres sociais, mas sem perder sua singularidade. Essa definição ressalta a importância de entender sobre limites e consequências, visto que se deve considerar a interdependência entre outros indivíduos dentro de uma sociedade.

No contexto educacional, a autonomia não se limita à mera independência individual, pelo contrário, ela se fundamenta no reconhecimento não só do próprio indivíduo como um ser social, cujas ações e decisões são moldadas e influenciadas pelo ambiente ao seu redor, mas do reconhecimento do outro como sujeito autônomo e social.

Nesse sentido, autonomia não é apenas a capacidade de agir livremente sem restrições externas, pois a própria autonomia do outro pode ser considerada uma limitação. Em um ambiente educacional, isso significa que os alunos não apenas têm liberdade para tomar decisões sobre seu próprio aprendizado, mas também reconhecem a importância de considerar o impacto de suas ações na comunidade escolar como um todo.

As diferentes formas que os estudantes da pesquisa e as escolas trabalham a autonomia se mostrou evidente, ocasionalmente conflitando entre si e com as percepções familiares. Na ótica familiar, a autonomia muitas vezes se refere ao desenvolvimento da independência e capacidade de tomada de decisões dos filhos. Os pais, ou responsáveis, desempenham um papel fundamental ao permitir que seus filhos desenvolvam habilidades de autonomia, como fazer escolhas simples, gerenciar tarefas e responsabilidades domésticas.

Promover a autonomia na família também envolve dar espaço para as crianças expressarem suas opiniões e sentimentos, permitindo que tomem decisões dentro de limites apropriados à idade. Na escola, a autonomia está relacionada à capacidade dos alunos de serem autônomos em seu processo de aprendizado. Isso inclui a capacidade de definir metas de aprendizado, gerenciar o tempo de estudo, tomar decisões sobre como abordar tarefas acadêmicas e avaliar seu próprio progresso.

A partir da análise foi possível considerar que os *feedbacks* construtivos, um aprendizado ativo e uma flexibilidade curricular são algumas das estratégias que os estudantes da pesquisa podem explorar. Professores que fornecem *feedback* construtivo e orientado para o desenvolvimento ajudam os alunos a compreenderem suas forças e áreas de melhoria, isso encoraja os alunos a refletirem sobre seu próprio aprendizado e a tomar decisões autônomas sobre como melhorar.

Estratégias de ensino que promovem a participação ativa dos alunos, como discussões em grupo, projetos individuais e colaborativos, e atividades práticas, capacitam os alunos a tomar decisões relacionadas ao seu próprio aprendizado. A flexibilidade curricular permite que os alunos escolham tópicos ou projetos que lhes interessem dentro de limites estabelecidos pelo currículo estimula a autonomia, pois eles têm a oportunidade de tomar decisões sobre o que aprender.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A metodologia da problematização no ensino superior: a educação profissional. *In*: BERBEL, Neusi Aparecida Navas; GARCIA, Maria Cristina Leme da Silva. **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. 1ª Edição. Londrina: Eduel, 1999. Disponível em: <https://abrir.link/sYiRQ>. Acesso em: 23/02/2024.

BRUZNECK, Marcela Regina; GUIMARÃES, Priscila Rodrigues de Oliveira. **Autonomia e desenvolvimento moral na educação**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://abrir.link/rvPNm>. Acesso em: 18/10/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 43. Ed. São Paulo: Paz e terra, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/GfYoh>. Acesso em: 10/11/2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades na administração. *In*: BARBOSA, I. I. s. (org.). **Pesquisa qualitativa em administração: Teoria, metodologia e prática**. São Paulo: Atlas, 1995.